

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projetos
projects

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!20

revista **V!RUS**
V!RUS journal

issn 2175-974x
ano 2020 year
semestre 01 semester
Julho 2020 July



SOBRE O ARQUITETO-PESQUISADOR-MILITANTE E LIÇÕES DA GEOGRAFIA ABOUT THE ARCHITECT-RESEARCHER-MILITANT AND LESSONS FROM GEOGRAPHY

MARINA PAOLINELLI

PT | EN

Marina Paolinelli é arquiteta e urbanista e Mestre em Arquitetura e Urbanismo. É pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, onde estuda movimentos sociais, política habitacional e planejamento urbano e territorial. É integrante do grupo de pesquisa Cosmópolis e do Projeto de Cooperação Brasil-Suécia "Constelações do urbano: direito à cidade, cidadania metropolitana, movimentos urbanos e conflitos".
marinasanderspaolinelli@gmail.com

Como citar esse texto: PAOLINELLI, M. S. Sobre o arquiteto-pesquisador-militante e lições da Geografia. **V!RUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE MARÇO DE 2020

Resumo

Este artigo busca debater, de forma ensaística, possibilidades e desafios da pesquisa-militante dentro do campo da Arquitetura e do Urbanismo, trazendo lições do campo da Geografia. Tem como pretensão pensar a práxis e o fazer acadêmico e científico, não por meio de propostas pragmáticas sobre método, mas através de uma reflexão inicial voltada para a transformação do posicionamento metodológico do arquiteto-pesquisador-militante – profissional cuja presença não é incomum nos dias de hoje. Argumenta-se que é necessário deslocar o foco da construção de um novo papel para o arquiteto, recorrente nas discussões do campo da Arquitetura, para a construção conjunta de uma arquitetura como verbo, praticada conjuntamente também por outros atores, como os movimentos sociais urbanos. Tendo por alicerce lições trazidas da Geografia, procura-se aqui traçar possibilidades para superar os desafios da pesquisa e da luta pela transformação social, buscando também delimitar as questões que permeiam especificamente a Arquitetura como campo, nessa incumbência.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Arquitetura, Geografia, Pesquisa-militante

1 Introdução

Tendo ingressado no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, no final dos anos 2000, pude presenciar uma importante transformação na perspectiva acadêmica relacionada ao papel do arquiteto na sociedade¹. Os debates sobre a questão da moradia, sobre as políticas habitacionais e sobre o planejamento urbano eram bastante acalorados durante minha graduação. Para ilustrar esse momento, cabe lembrar que, em 2009, foi criado o Programa Minha Casa, Minha Vida, que logo

se tornou um dos assuntos mais pesquisados e criticados dentro do curso (MORADO NASCIMENTO et al., 2015). No mesmo ano, nasceu também sua emblemática contraposição, em Belo Horizonte: a Ocupação Dandara, organizada com apoio de movimentos sociais recém-nascidos na cidade, como as Brigadas Populares, e que também contava com o suporte engajado de técnicos e acadêmicos dentro do campo da Arquitetura e do Urbanismo (LOURENÇO, 2014). Nos anos seguintes, experiências como o Macrozoneamento e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) também inspiraram diversas discussões dentro da universidade sobre a construção de uma institucionalidade outra, fora do aparato institucional do planejamento urbano (VELLOSO, 2015). Isso para não mencionar os debates e a efervescência vividos na cidade antes, durante e depois das jornadas de junho de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. A crítica ao Estado e à participação nas esferas institucionais, por um lado, e as discussões sobre a cidade forjadas junto com movimentos populares, por outro, apareciam de forma muito latente.

Assim, tive o privilégio de iniciar meus estudos acadêmicos em um momento muito propício. Muitos professores – em certo sentido, militantes de uma academia mais atenta ao cotidiano popular e às contradições das dinâmicas socioespaciais na cidade capitalista – já haviam desobstruído o caminho. A Arquitetura e o Urbanismo como representação de poder, como conceito, como obra autoral, já havia, de certa maneira, caído por terra. Pelo menos durante minha experiência inicial no espaço acadêmico, a crítica a esses modelos já estava tão explicitada que lutar contra eles não parecia mais exatamente a questão central.

Hoje, depois de mais de uma década, as questões parecem outras: já não é tão necessário afirmar a necessidade de o arquiteto olhar para os espaços excluídos da cidade² e reivindicar espaço na academia para tal. Vimos surgir e crescer o número de artigos, trabalhos de conclusão de curso, monografias, teses, projetos de pesquisa e extensão sobre vilas, favelas, ocupações de prédios, de terrenos, de assentamentos rurais – espaços relegados pela dinâmica da produção capitalista do espaço onde se materializam diversas formas de potência, resistência e também, claro, contradições. Se produzir conhecimento no campo da Arquitetura e do Urbanismo sobre a cidade real e seus atores (economicamente desfavorecidos, organizados em movimentos sociais ou auto-organizados) não é mais um tabu como um dia já foi, a questão que recai sobre nossa prática acadêmica é outra: como fazer isso?

Dessa forma, a questão de método parece tornar-se central nos debates, evidenciando também muitos desafios da nossa práxis no fazer acadêmico e científico. Evidentemente, a discussão sobre a relação entre arquitetos pesquisadores – e aqui pretendo trazer o foco para aqueles que também atuam, de alguma forma, como militantes – e movimentos sociais não é nova. Mas é possível notar que, principalmente no campo da Arquitetura e do Urbanismo, muitos dilemas ainda prevalecem. Não pretendo aqui fazer proposições pragmáticas sobre método, apenas tentar fomentar, de forma ensaística, uma discussão sobre o nosso posicionamento metodológico nesse diálogo com movimentos sociais, tendo por base reflexões levantadas por alguns geógrafos – que podem ser considerados exceções em seu campo por demonstrarem uma grande abertura a saberes outros, como os saberes populares.

2 Por uma nova definição do papel do arquiteto?

No dia 29 de outubro de 2019, o geógrafo Timo Bartholl esteve na Escola de Arquitetura da UFMG para debater “Como pesquisar junto aos movimentos sociais?”. Durante sua palestra, Bartholl compartilhou sua experiência em trabalhos com coletivos e movimentos sociais no Morro do Timbau (Favela da Maré, no Rio de Janeiro) e dissertou sobre seu método de pesquisa-militante. O convite ao geógrafo foi feito pela professora da instituição Rita Velloso e pelo geógrafo Thiago Canettiéri, na expectativa de produzir um debate sobre os desafios atuais da relação entre academia e movimentos sociais, e com o intuito de fomentar a troca de ideias entre os campos da Geografia e da Arquitetura e Urbanismo³.

O debate que se seguiu posteriormente foi bastante acalorado, e as discussões acabaram se deslocando do “como fazer?” para “qual o papel do arquiteto?”, colocando no centro da discussão nossa atuação como sujeitos pesquisadores. Debates sobre o papel do arquiteto na sociedade são bastante frequentes na Escola de Arquitetura da UFMG, como os apresentados em Baltazar e Kapp (2006)⁴ e Linhares e Morado (2018)⁵, e motivam importantes reflexões de cunho metodológico dentro no nosso campo.

Para colocar em xeque o papel que convencionalmente é destinado ao arquiteto na produção da cidade e fazer uma crítica capaz de delinear outro papel mais coerente, é recorrente que se retome, sob uma perspectiva histórica, como foi consolidado o campo da Arquitetura. Stevens (2003) e Ferro (2006) são grandes referências nesse sentido (LINHARES, MORADO, 2018). Stevens (2003) destaca como a formação do arquiteto privilegia, desde sua origem, a prestação de serviços para as classes dominantes e os interesses do capital, consagrando o campo arquitetônico, nos termos de Bourdieu⁶, como legitimador da cultura dominante e do poder simbólico. Ferro (2006) mostra como se consolidou, durante o processo histórico de formação desse

profissional, seu papel como produtor de desenhos, que garantem a exploração do trabalho no canteiro e a reprodução de padrões arquitetônicos hegemônicos.

No entanto, por mais que esse entendimento sobre as origens do campo da arquitetura e a consolidação do papel do arquiteto ao longo da história sejam fundamentais para conhecer o lugar de onde viemos, não tenho tanta certeza se devemos nos debruçar sobre uma elaboração afirmativa sobre qual deveria ser o novo papel ideal para o arquiteto. Ou seja, não se pretende apresentar aqui o arquiteto-pesquisador-militante como esse novo papel. Essa abordagem pode acabar se tornando uma armadilha, limitando as elaborações que estão sendo forjadas na constante e dialética relação entre teoria e prática cotidiana – descobrimos fazendo. Não estou afirmando que esse processo deve se isentar de reflexão teórica, apenas que talvez seja mais frutífero refletir sobre o que não deveríamos fazer (ou seja, lógicas que não queremos mais reproduzir) do que sobre que tipo de arquiteto exatamente deveríamos nos tornar.

Digo isso porque é impossível defender, *a priori*, o arquiteto como profissional. Como já alertava, nos anos 1970, o filósofo André Gorz, é preciso criticar e desconstruir a divisão do trabalho. Segundo Gorz (1980, p. 217, grifos do autor), “[...] os trabalhadores da ciência e da técnica têm, *no interior* de sua função técnico-científica, a função de reproduzir *as condições e as formas da dominação do capital sobre o trabalho*”. Ou seja, o problema não é apenas o que fazemos e como fazemos, mas, em um primeiro nível: quem somos. De acordo com o autor, as qualificações e competências são, antes de tudo, ideológicas e sociais, desenhadas para prolongar e consolidar a divisão social do trabalho, para tornar a produção mais eficaz e para garantir o poder do capital e a divisão hierárquica do trabalho coletivo⁷. Sendo assim,

[...] a orientação e os conteúdos da atividade científica *poderiam* ser diferentes mas que, para serem diferentes, também seriam precisas técnicas e sociedades diferentes. É nisso que eles [trabalhadores da ciência] são e podem saber que são, ao mesmo tempo, recuperáveis e não recuperáveis para a revolução. E é enfim por isso que não é nem voluntarista nem primitivista de pedir-lhes que contestem, critiquem e rejeitem as orientações e conteúdos de suas competências, a pretensa neutralidade e inacessibilidade de sua ciência (GORZ, 1980, p. 223, grifo do autor).

Seria melhor, então, deslocar a questão da formulação de um novo papel para o arquiteto. Para não reforçarmos a divisão do trabalho, para não cairmos na ilusão de acreditar que somos imprescindíveis, e também para não permanecermos defendendo, ainda que indiretamente, algum papel (seja ele mais novo e transformado, como mediador de projetos colaborativos, produtor de interfaces, indutor de um planejamento insurgente, etc.), talvez seja melhor perguntar: como – aqui e agora – nós, arquitetos pesquisadores, movimentos sociais e grupos auto-organizados com quem temos interagido, podemos discutir e elaborar formulações sobre o mundo em que vivemos e o mundo que gostaríamos de construir?

3 Lições da Geografia: fazer-se verbo

É evidente que os problemas da divisão do trabalho apontados por André Gorz (1980) também constituem e são constitutivos da produção do conhecimento científico. Como afirmado pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2017), todas as ciências da sociedade são afetadas pela divisão do trabalho acadêmico. “Cada uma delas foi ‘aquinhoadá’ como um pedaço de um ‘corpo’ (*a sociedade concreta*) mutilado, esquartejado, dividido em partes” (2017, p. 461, grifos do autor). Segundo outro geógrafo, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004, p. 261-262):

As ciências sociais são instituídas por e instituintes da sociedade contemporânea e, assim, a superação da divisão do trabalho científico, tal como ela se apresenta, faz parte da luta pela superação das contradições dessa mesma sociedade. [...] Observe-se que importantes contribuições teóricas para a compreensão dos processos sociais foram dadas por intelectuais que, a rigor, não cabem nessa divisão do trabalho científico, como Marx e Engels, Antonio Gramsci, Paulo Freire, Mariátegui, entre tantos e muitos outros, até porque, parafraseando o próprio Marx, esses intelectuais não estavam simplesmente interpretando o mundo, mas tentando transformá-lo.

Nesse sentido, o campo da Geografia apresenta possibilidades interessantes. Como aponta Souza (2017), apesar de ser um campo científico de “dupla personalidade” (SOUZA, 2017, p. 461) (Ciência da Natureza e Ciência da Sociedade), a Geografia não tem sido tratada como uma “ciência-ponte” (SOUZA, 2017, p. 462), mas como um campo científico bipolarizado entre ambos os domínios epistemológicos e, por isso, tem se autocondenado a uma gradual desimportância. Entretanto,

Ironicamente, pelo seu caráter “onívoro”, por sua vocação para as sínteses ambiciosas e por sua facilidade para trabalhar com várias escalas de análise integradamente, o saber conhecido como Geografia, nos marcos da divisão do trabalho acadêmico positivista, é, potencialmente, uma das disciplinas mais infensas ao “disciplinarismo” – e, por via de consequência, mais aptas a agasalhar contribuições não limitantes, não mutiladoras. Para isso, porém, os geógrafos de formação precisam de uma base metateórica (filosófica) que lhes propicie uma leitura do mundo, da práxis e da própria pesquisa adequada à tarefa de valorizar as diferentes dimensões da realidade (SOUZA, 2017, p. 462).

Assim como a Arquitetura, o passado da Geografia também está atrelado à manutenção do poder hegemônico. Em alguns trabalhos, Porto-Gonçalves remete-se às origens dessa última, mostrando como ela já nasceu comprometida com as estruturas de poder, surgindo, inicialmente, como um saber prático na constituição do mundo moderno-colonial, antes mesmo de se constituir como ciência, no século XIX. O geógrafo era, a princípio, segundo o autor, o especialista em representação do espaço, o funcionário do Rei que fazia mapas e delimitava as fronteiras do Estado Territorial. Ou seja, tratava-se mais de um profissional que atuava em procedimentos de controle territorial do que de interesse teórico, mesmo que a partir da Renascença tenha ganhado uma perspectiva pretensamente matemática e objetiva (PORTO-GONÇALVES, 2002).

Porto-Gonçalves (2019) revela que, ao se dar conta disso, quis “se suicidar como geógrafo”. Na sua trajetória de militância junto a movimentos sociais latino-americanos, no entanto, aprendeu a ressignificar seu lugar. Segundo ele, nos anos 1980, os povos seringueiros da Amazônia o “ressuscitaram” como geógrafo: enquanto eles nunca tinham se visto “de cima”, e isso representava uma outra dimensão na luta por seu território, ele nunca os tinha visto “de baixo”, na esfera do espaço cotidiano (PORTO-GONÇALVES, 2019). Esse encontro mobilizou uma parceria acadêmico-militante potente, capaz de repensar o espaço, de construir o poder de baixo por intermédio das trocas entre saberes com o delineamento de estratégias para resistir contra aqueles que queriam exterminá-los. Porto-Gonçalves acredita que os movimentos sociais tragam à luz, com sua própria existência, não apenas as contradições do espaço e da sociedade, mas também aquilo que a sociedade pode ser e está impedida de ser. O autor acrescenta que “Sendo assim, todo movimento social é portador, em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 269-270).

Apoiado nessa ideia, o geógrafo convida a pensar a Geografia como um verbo – o ato de marcar a terra – e não mais como um substantivo. Segundo ele, “[...] os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 269-270). Nessa perspectiva, que traz à tona também os conflitos do(s) território(s), outras formas de interpretar o mundo emergem, confrontando-se com a ordem social vigente. Como declara:

Em 1993, quando trabalhava no norte da Bolívia, no Departamento de Pando, ouvi de um camponês a afirmação: “não queremos terra, queremos território”. Pela primeira vez ouvira a expressão território falada fora do âmbito acadêmico ou de juristas. Comecei a entender que o território pode ser reinventado, ao vê-lo recusar o debate sobre a reforma agrária nos marcos teórico-políticos ocidentais, onde a terra é vista como meio de produção, somente (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 54).

De acordo com o jornalista uruguaio Raul Zibechi (2015), os movimentos sociais urbanos⁸ latino-americanos estão diretamente ligados aos movimentos camponeses e indígenas, compartilhando com eles conceitos teóricos e políticos como *território*, *autonomia* e *autogoverno*. Para o autor, os pobres rurais estão fazendo uma reforma agrária a partir de baixo, e “[...] caminhos bastante similares estão traçando os pobres urbanos, por certo que com muito mais dificuldades” (p. 28). O autor afirma:

A maneira como se produziu a transição da terra ao território, da luta por direitos à luta por autonomia e o autogoverno; ou seja, como se passou da dominação à resistência e afirmação da diferença, essa transição tem particular importância para as comunidades urbanas que, na passagem entre os dois séculos, começaram a se enraizar nos espaços urbanos autoconstruídos (ZIBECHI, 2015, p. 40).

No entanto, é possível perceber que nem todos os movimentos sociais e grupos que insurgem nos espaços autoconstruídos no contexto urbano apresentam uma noção tão clara de território como têm apresentado historicamente os demais grupos citados. Nesse espaço, as lógicas capitalistas do trabalho e da propriedade se integram aos modos de viver populares, de forma que se torna cada vez mais difícil determinar onde se

constituem *espaço abstrato* e *espaço diferencial*⁹, nos termos de Henri Lefebvre (1991), traçando claros desafios à autonomia. E é justamente nesse espaço que a atuação do arquiteto-pesquisador-militante tem se firmado com grande proeminência.

Tendo em vista esses desafios tão inerentes ao campo da Arquitetura e do espaço urbano, e tomando como exemplo o exercício de Porto-Gonçalves, seria possível se pensar em uma Arquitetura como verbo, e não como substantivo, aproximando saberes acadêmicos e saberes não acadêmicos (ou saberes acadêmicos fora da academia) em uma tarefa similar à apresentada pela Geografia, agora pela Arquitetura?

A Arquitetura como verbo, seguindo essa proposição, determina uma prática social, não limitada a um campo profissional¹⁰. Talvez, para isso, pressuponha, antes da essencial transformação do papel do arquiteto, o seu "suicídio", o abandono do monopólio do conhecimento. A Arquitetura como substantivo e o arquiteto como sujeito não estariam mais no centro do debate, mas sim a prática, como um saber-fazer coletivo. Assim, abre-se para a atuação de diferentes atores e, nesse sentido, também para outras possibilidades de colaboração com os movimentos sociais. Com base nessa abordagem, as contradições, tanto das práticas dos arquitetos quanto das práticas dos movimentos sociais e dos grupos que insurgem no espaço urbano, poderiam ser, assim, objeto de debate, crítica e transformação coletiva.

4 Os arquitetos e os movimentos sociais: como colaborar?

A atuação de arquitetos-pesquisadores-militantes – sujeitos não só ativos em suas práticas profissionais e acadêmicas, mas também engajados em mobilizações por transformação social ao lado de movimentos sociais e grupos urbanos insurgentes – pode ser identificada no Brasil, desde a década de 1960, no âmbito da atuação em processos de urbanização de vilas e favelas (FERREIRA, 2017). Também ficou muito conhecida, a partir dos anos 1980, com as lutas pela Reforma Urbana, e nos anos 1990, com a ascensão de políticas de autogestão em projetos de moradia popular, em municípios como São Paulo (SP), Belo Horizonte e Ipatinga (MG). Mais recentemente, arquitetos militantes passaram também a ganhar um papel bastante considerável nas ocupações de edificações e de terras urbanas, organizadas por movimentos para fins de moradia depois dos anos 2000. Fazem parte, junto com os geógrafos (e talvez ainda com mais força que estes), do amplo conjunto de "apoiares acadêmicos" dos sem-teto (SOUZA, 2015, p. 30).

Contudo, depois de muitas décadas de construção de saberes e de práticas com movimentos populares, muitas frustrações com relação a essa parceria ainda são acumuladas no campo da Arquitetura e do Urbanismo. João Marcos de Almeida Lopes, arquiteto com longa experiência nesse sentido¹¹, resume a inquietação resultante dessa jornada, que embaralha "o trabalho técnico e a militância política" (LOPES, 2018, p. 241):

Se compartilhávamos, técnicos e construtores autônomos, os mesmos pressupostos de autonomia e autodeterminação, por que hoje não reconhecemos, nas práticas cotidianas instaladas nos conjuntos que ajudamos a construir, sequer um contorno de afinidade com os discursos que afiávamos juntos? (LOPES, 2018, p. 242).

Lopes elabora algumas razões para esse descompasso, ressaltando que, por parte dos arquitetos, as referências para tais pressupostos "[...] eram e são, em boa medida, eurocêtricas, principalmente se considerarmos a vertente discursiva ligada à tradição libertária e anarquista" (2018, p. 243). O significado da ideia de autonomia e autodeterminação não era construído por meio de referências populares locais, como as mencionadas por Zibechi (2015), e os arquitetos engajados com esses grupos não se importavam ou não percebiam a importância de "[...] perguntar quanto à identidade genética de tais fundamentos" (LOPES, 2018, p. 243).

Para além disso, há ainda outra dimensão que não pode ser esquecida: ao trabalhar com tais grupos, nós, como arquitetos-pesquisadores-militantes, não nos posicionamos claramente como agentes da transformação social. Não decidimos facilmente se nos colocamos em tais processos como militantes ou como arquitetos, o que fica bastante claro no caso narrado por Lopes (2018) sobre a assessoria dada pela USINA ao assentamento Ireno Alves dos Santos, situado no centro-oeste do estado do Paraná, constituindo uma das maiores ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) entre meados de 1998 e 2000. Tal assentamento envolvia um canteiro de obras de 1500 famílias em 27 mil hectares, além de uma vila semi-urbana em ruínas, a ser reformada. Em uma de suas visitas à vila, o arquiteto deparou-se com uma faixa em que estava escrito "BREVE AQUI: MECÂNICA DE MOTOSSERRAS E MOTORES", onde supostamente iria funcionar a sede da cooperativa que assessorava.

Esse caso é importante para ilustrar o dilema dos arquitetos quando se comportam como militantes: fazer o

Comentei e reclamei sobre o assunto com um dos dirigentes do MST local [...] dizendo que aquela iniciativa atropelava toda a discussão que estávamos promovendo; que não sabia como agir numa situação como aquela, que a direção do movimento deveria tomar uma atitude enérgica para coibir iniciativas semelhantes, que não era meu papel como assessor técnico intervir naquele contexto, etc.. A resposta foi bastante sintética [...]: “Esse problema de identidade, de não saber se é base ou direção, é um problema de vocês, lá da cidade...”. Depois dessa conversa, fui até o lugar onde estava estendida a faixa e arranquei-a de lá, deixando o pessoal do escritório da cooperativa de mão de obra avisado que me procurassem, caso aparecesse alguém reclamando a retirada da faixa (LOPES, 2018, p. 247).

que se acredita, em um território do outro, ou esperar que o outro o faça em seu próprio território, para garantir uma pretensa neutralidade profissional, qual o “menos pior” dos mundos? Segundo Gabriel Tupinambá, em uma reflexão com base em uma crítica da economia política da militância, esse parece ser, na verdade, um problema geral da militância de esquerda no cenário atual:

Quando um militante decide “ir” até a sociedade, está implicado aí que ele *não se entende como parte da sociedade* – e que ele renuncia a alguma coisa para ir “se juntar” aos outros. Abandonar esse traço distintivo, que carrega uma certa satisfação trágica, é um dos maiores desafios organizacionais da esquerda (TUPINAMBÁ, 2017, s.p., grifos do autor).

Ao arrancar a faixa, João Marcos reconhece sua implicação na construção daquele espaço, despidendo-se de seu pressuposto papel como arquiteto (assessor técnico) para assumir uma crítica e uma ação de responsabilização em relação às práticas produzidas coletivamente. Essa ação, entretanto, não emerge sem um conflito anterior entre preservar o papel de arquiteto e agir como militante, o que parece pressupor uma escolha entre um ou outro. Acerca dessa transformação de posicionamento, o geógrafo Timo Bartholl propõe elaborações metodológicas importantes. Ao elaborar uma teoria sobre a pesquisa-militante como método, Bartholl afirma que “A ordem de importância é decisiva: o interesse próprio, composto pelo interesse pessoal e político [...] está à frente de interesses acadêmicos ou científicos [...]. Não participo de um processo por querer investigá-lo, mas o investigo por fazer parte dele” (BARTHOLL, 2018, p. 24). O geógrafo entende que a busca por articular pesquisa e práticas de resistência tem como motor a própria procura por uma práxis emancipatória.

À pergunta: “Os geógrafos e os movimentos sociais, como colaborarem?” Bartholl (2018, p. 54) rebate com outra: “como [...] separar entre Geografia, por um lado, e movimento social, pelo outro?” Se temos observado emergir, por um lado, militantes de movimentos populares nas universidades como pesquisadores, e, por outro, pesquisadores se aproximam de movimentos e se tornando militantes e isso é visto como uma potencialidade, e não como uma limitação, “Há por que ou como separar os dois campos, os seus referentes sujeitos e seus esforços (de agir, de refletir, de estudar e de transformar)?” (BARTHOLL, 2018, pp. 54). Ele defende:

Entendo Geografias feitas *junto aos, nos e pelos* movimentos como proposta de acrescentar uma forma de relacionar pesquisa/teorização e prática/autorreflexão (saberes-com e saberes-fazer), tanto a nível de relações intra como intersujeito ao mesmo tempo, como tarefa coletiva (trans-sujeito) na qual não há uma forma ideal, um padrão que todas e todos devem seguir, mas onde os sujeitos se abrem para o desafio de militar-refletir-pesquisar-teorizar. Isto não nos libera da necessidade de ter que definir com clareza em que momento/etapa/processo/lugar nos ciclos de prática-teoria nos encontramos, mas, em termos epistemológicos, a postura pode e deve ir para além de “ou um, ou o outro”, “ou pesquisador, ou militante”. [...] esse processo pode envolver estruturas acadêmicas e mais estritamente, científicas ou não (BARTHOLL, 2018, pp. 57-58, grifos do autor).

Sendo assim, acredito que o desafio de militar-refletir-pesquisar-teorizar, compartilhado entre os sujeitos, como proposto por Bartholl, vai ao encontro da ideia de uma arquitetura como verbo, inspirada pela proposição de Porto-Gonçalves, citada anteriormente.

5 Considerações finais

Como intentei demonstrar aqui, uma atuação possível do arquiteto-pesquisador-militante deve extrapolar a busca pela elaboração de um novo papel para o arquiteto. O arquiteto-pesquisador-militante é um profissional que já existe, aqui e agora, e que se encontra em constante transformação. Carrega ainda uma contradição

em si mesmo, nascida no seio da divisão do trabalho, configurando-se como detentor de um poder heterônomo que, pouco a pouco, se descobre como parte integrante de uma mudança social. O que se buscou demonstrar, nesse sentido, é a necessidade de se pensar uma transformação de posicionamento metodológico.

Seria possível, dessa forma, trazer lições advindas da Geografia? Vimos com Porto-Gonçalves que, mais importante que definir Geografia como substantivo, seria construí-la como verbo, conjuntamente com os movimentos sociais. Com a pesquisa-militante de Timo Bartholl, apresentamos a possibilidade de uma quebra possível da distância entre militante e acadêmico, como sujeitos em movimento pela transformação social.

As dificuldades que nosso campo colocam, todavia, ainda têm suas especificidades. Para transformar seu posicionamento, o arquiteto-pesquisador-militante precisa dar lugar aos saberes-com e aos saberes-fazer. Isso não acontece, no entanto, com pouco custo. Como lembra o arquiteto Tiago Castelo Branco Lourenço:

Assim como o prestígio conferido pela posição do profissional, a admiração pelos seus instrumentos nos envaidece, sem que percebamos o quanto o distanciamento e a hierarquia assim gerados contradizem a intenção de contribuir numa ação política de sentido emancipatório. A produção material e simbólica para o capital, de que arquitetos participam cotidianamente, não termina nas ocupações pela simples intenção de desfazê-la, porque as disposições subjetivas que esses profissionais adquirem ao longo do tempo também não se desmancham ali (LOURENÇO, 2014, p. 155).

Suicidar-se como arquiteto é uma difícil missão quando ainda se é aceito como parte integrante da luta, justamente pelos ganhos trazidos pela sua autoridade técnica. Mas é preciso constantemente reafirmar (para si mesmo e para os demais atores) que:

Os conhecimentos (jurídicos, geográficos, arquitetônicos, historiográficos, de informática, de elaboração de vídeos, etc.) trazidos pelos apoiadores acadêmicos (integrantes do grupo de apoio cotidiano ou da rede de solidariedade) podem ser muito úteis e mesmo cruciais, porém, não são nem infalíveis (colossal ilusão!), nem intrinsecamente mais importantes que os conhecimentos técnicos de um pedreiro, marceneiro ou camponês (SOUZA, 2015, p. 36).

Como afirma Souza (2015, p. 36, grifos do autor), "Os saberes da própria base social oprimida [...] devem e podem ser integrados com os saberes acadêmicos, *em benefício de ambas as partes*". Talvez um caminho possível para o arquiteto-pesquisador-militante seja justamente integrar-se continuamente aos processos para os quais contribui, não findando sua atuação depois que a obra (ou o projeto de pesquisa) acaba. Dessa forma, falar das contradições do trabalho e da propriedade nos espaços urbanos passaria a ser um problema de todos, incluindo nós mesmos, não apenas daqueles que assessoramos. Nunca é tarde para lembrar o que parecemos muitas vezes esquecer: transformar o mundo em que vivemos é um processo contínuo e que diz respeito a todos nós que, como afirma Timo Bartholl (2018), "[...] lutamos para transformar, investigamos para compreender e refletimos para potencializar a luta popular" (BARTHOLL, 2018, p. 56).

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Referências

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. **Impulso**, Piracicaba, v. 17 n. 44, pp. 93-103, 2006.

BARTHOLL, T. **Por uma geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BASTOS, C.; MAGALHÃES, F.; MIRANDA, G.; SILVA, H.; TONUCCI FILHO, J. B.; CRUZ, M.; VELLOSO, R. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, pp. 251-266, 2017.

FERREIRA, L. I. C. **Arquitetos militantes em urbanização de favelas**: uma exploração a partir de casos de São Paulo e do Rio de Janeiro. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

- FERRO, S. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- KAPP, S.; NOGUEIRA, P.; BALTAZAR, A. P. Arquiteto sempre tem conceito, esse é o problema. In: IV SEMINÁRIO PROJETAR, 2009, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: UPM, 2009, pp. 1-19.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
- LINHARES, J., MORADO NASCIMENTO, D. Atuação do arquiteto na produção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda. In: LIBÂNIO, C. ALVES, J. (orgs.). **Periferias em rede: experiências e perspectivas**. Belo Horizonte: Favela é isso aí, 2018.
- LOPES, J. M. de A. Nós, os arquitetos dos sem-teto. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 2, pp. 237-253, 2018.
- LOURENÇO, T. C. B. **Cidade Ocupada**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- MORADO NASCIMENTO, D.; COSTA, H.; MENDONÇA, J.; LOPES, M.; LAMOUNIER, R.; SALOMÃO, T.; SOARES, A. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L.; RUFINO, M. (orgs.). **Minha Casa... e a cidade?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp. 195-228.
- PORTO GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A.; SADER, E. (orgs.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002, pp. 217-256.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (org.). **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. pp. 261-279.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma De México, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **De territórios e de territorialidades: espaço e poder em questão**. 2019. Palestra. Belo Horizonte: UFMG.
- SOUZA, M. L. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SOUZA, M. L. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- STEVENS, G. **O Círculo Privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- TUPINAMBÁ, G. **A força social da graça, ou: como se avalia o poder popular?** Blog da Boitempo, 2017. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/26/a-forca-social-da-graca-ou-como-se-avalia-o-poder-popular/>>. 4 nov. 2019.
- VELLOSO, R. A cidade contra o Estado: sobre a construção política de escalas e institucionalidades. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, pp. 129-144.
- ZIBECHI, R. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

1 Em 2007, iniciava-se o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que possibilitou a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo em período noturno da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2009, com uma grade curricular inovadora e atenta às questões urbanas contemporâneas.

2 Até mesmo nosso conselho de classe, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), tem realizado diversas campanhas para financiar e promover a assessoria técnica a grupos economicamente desfavorecidos (e infelizmente tentado, algumas vezes de forma oportunista, criar um nicho de mercado a partir disso).

3 O evento foi chamado “Colóquio para investigar a emergência urbana”, e contou também com uma mesa redonda com a participação de Rita Velloso, Thiago Canetti e Timo Bartholl para debater o tema. O debate fez parte de uma série de eventos promovidos no âmbito do projeto de cooperação “Constelações do urbano: direito à cidade, cidadania metropolitana, movimentos urbanos e conflitos”, recém-firmado entre o *Institute for Housing and Urban Research* (IBF), da *Uppsala University* (Suécia), e a Escola de Arquitetura da UFMG, contemplado no Edital nº 28/2018 do Programa Capes/STINT, do qual faço parte.

4 Baltazar e Kapp (2006) argumentam que o papel do arquiteto “[...] não mais consiste em desenhar objetos arquitetônicos ou urbanísticos, mas em produzir interfaces. O arquiteto pode dar um passo atrás e, em lugar de predeterminar espaços, criar instrumentos para que usuários e construtores possam determiná-los, eles próprios” (p. 100).

5 Linhares e Morado (2018) propõem que o arquiteto atue como “[...] mediador de informações entre o saber técnico e o saber dos moradores” (p. 151), deixando de ser aquele que recebe demandas ou soluciona problemas, abrindo mão do poder sobre o desenho técnico e passando a ser “[...] um provocador, um proponente, um assessor técnico, capaz de fornecer dados e informações importantes para a prática autoconstrutora” (p. 151).

6 Nos termos de Bourdieu: “Um campo é um conjunto de instituições sociais, indivíduos e discursos que se suportam mutuamente” (STEVENS, 2003, p. 90).

7 Em *O canteiro e o desenho*, Sérgio Ferro (2006) deixa isso bem claro quando trata da relação entre a produção do desenho arquitetônico e a construção das edificações.

8 Zibechi (2015) prefere se referir a eles como “sociedades em movimento” ou “territórios em resistência”, em contraposição à ideia muitas vezes burocrática e, segundo ele, “colonizada”, de “movimento social” (ZIBECHI, 2015, p. 35).

9 Nas palavras de Lefebvre (1991, p. 370, tradução nossa), “O espaço abstrato, que é um instrumento de dominação, sufoca tudo o que é concebido nele e busca sair dele”, “[...] é letal e destrói as condições históricas que lhe deram origem, suas próprias diferenças (internas), e quaisquer diferenças que dão sinais de desenvolvimento, a fim de impor a sua racionalidade abstrata”. O espaço diferencial, por outro lado, “[...] religará o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social” (p. 64, tradução nossa). A relação entre espaço abstrato e espaço diferencial em ocupações urbanas por moradia pode ser vista em Bastos et al. (2017).

10 Nesse sentido, a definição de arquitetura apresentada por Kapp et al. (2009, p. 5) pode revelar uma perspectiva similar, apesar de não ser tratada como verbo: “[...] o espaço transformado pelo trabalho humano, não apenas aquela pequena porção projetada por arquitetos e reconhecida pelo campo acadêmico e profissional da arquitetura [...]. Em outras palavras, arquitetura inclui o espaço comum, cotidiano, ‘ordinário’”.

11 Além de acadêmico, o arquiteto é associado do USINA - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, da qual foi coordenador entre 1990 e 2005. No grupo, trabalhou em projetos e obras de moradia popular promovidas por ajuda-mútua e autogestão, projetos e obras em assentamentos precários, desenvolvimento de políticas e programas habitacionais, pesquisas aplicadas e desenvolvimento de sistemas (conforme informado em seu currículo na Plataforma Lattes, disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9454329212153701>>, acesso em: 5 mar. 2020).